



Conselho Permanente - Conselho das Comunidades Portuguesas

**Acta N.º 07/2025
(10ª do Mandato - 2023/2027)**

Ata da Reunião presencial do Conselho Permanente do Conselho das Comunidades Portuguesas realizada entre os dias 7 e 9 de julho de 2025, em Lisboa. Presentes 11 (onze) Conselheiros (membros do CP do CCP): António Guerra Iria, António Manuel Mota da Cunha, António Paulo Neves Marques, Beatriz Neves Guedes Pereira, Carlos Rui Pires Marcelo, Daniel Ferreira Loureiro, Flávio Alves Martins, José Fernando Campos da Silva Topa, Manuel Cândido de Oliveira Coelho, Manuel Pinto Pereira Viegas, e Vasco Pinto de Abreu. Ausência justificada de Odete da Silva Fernandes.

1. Introdução

Nos dias 07 a 09 de julho de 2025, o Conselho Permanente (CP) reuniu-se na Sala dos Monges, na Assembleia da República (AR), para discutir assuntos cruciais para o novo mandato.

2. Abertura e Organização dos Trabalhos

A reunião foi aberta pela Presidente do Conselho Permanente do CCP (CP/CCP), Flávio Alves Martins, que saudou a todos os presentes e agradeceu a participação na décima reunião do Conselho Permanente do Conselho das Comunidades Portuguesas, tendo também sido aprovado o programa dos trabalhos dos três dias de reuniões por todos os presentes.

Foi registada:

- A agenda do dia 1 das reuniões: reunião interna pela manhã; almoço com o Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas (Dr. Emídio Sousa), o seu chefe de gabinete (João Ricardo) e o elemento de ligação (Pedro Fonseca); reunião da tarde com o Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas; encontro com o Presidente do Conselho da Diáspora Portuguesa e com Diretor Regional das Comunidades e Cooperação Externa do Governo Regional da Madeira; reunião com o candidato presidencial António José Seguro e audiência com o Presidente da República.
- A justificação de ausências: A conselheira Odete Fernandes não pôde comparecer a estas reuniões presenciais devido a problemas particulares, que impossibilitaram a substituição em tempo útil.



Conselho Permanente - Conselho das Comunidades Portuguesas

3. Programa das Reuniões

<u>1º dia – segunda-feira – 07/07/2025</u>
09h30 – Receção a conselheiras/os e deslocação à SALA DOS MONGES - AR.
10h00 – Reunião (interna) do CP/CCP:
<ul style="list-style-type: none">• Aprovação final e assinatura do Relatório Anual de Atividades e perspectivas para o CCP (conforme o Artigo 38º, f, da Lei nº 66-A, de 2007);• Eleição da mesa diretora do CPCCP (Art. 38º, a, Lei nº 66-A);• Deliberação: atividades Secções Locais/25 e cronograma de reuniões das estruturas/26;• Aprovação Final da nossa Proposta de Orçamento para o CCP em 2026;• Aprovação da Ata da reunião de 21 de Junho de 2025;
12h45 – Almoço na AR.
14h30 – Reunião com o SECP, Dr. Emídio Sousa (Novo Governo; Políticas Globais às Comunidades; Autonomia e Orçamento do CCP).
16h30 – Reunião para troca de experiências e protocolos com o Presidente do Conselho da Diáspora Portuguesa, Dr. António Calçada de Sá, e o Diretor Regional das Comunidades e Cooperação Externa do Governo Regional da Madeira, Dr. José Sancho Gonçalves Gomes.
18h00 – Reunião com candidato à Presidência da República: Dr. António José Seguro.
19h00 - Audiência com o Presidente da República, Prof. Marcelo Rebelo; Palácio de Belém.
20h15 – Jantar oferecido pelo SECP, Dr. Emídio Sousa.
<u>2º dia – terça-feira – 08/07/2025</u>
09h30 – Reunião com o Diretor Geral da DGACCP, Dr Luiz Ferraz (conselhos consulares; plataforma e-consulado; apoios sociais; orçamento e estrutura do CCP).
11h00 – Reunião com a SGMAI (Dr. Joaquim Morgado e Dra. Sofia Teixeira), (recenseamento e atos eleitorais nas Comunidades).
12h45 – Almoço na AR.
15h00 – Reunião interna.
16h00 – Encontro com a Comissão Parlamentar de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas.
17h00 – Reunião com a S.E. das Finanças, Dra. Cláudia Reis Duarte (RNH; representante fiscal).
18h00 – Reunião com candidato à Presidência da República: Alm. Henrique Gouveia e Melo.
18h30 – Encerramento dos trabalhos, seguindo-se para o jantar.
<u>3º dia – quarta-feira – 09/07/2025</u>
09h30 – Reunião Interna.
11h00 – Reunião com a S. E. da Justiça, Dra. Ana Luísa Machado (IRN, demora na atribuição de nacionalidade).
12h30 – Audiência com o Presidente da Assembleia da República, Dr. José Aguiar Branco.
13h00 – Almoço na AR.
15h00 - Audiência com o Primeiro Ministro, Dr. Luís Montenegro; Palácio de São Bento.
15h30 – Reunião com candidato à Presidência da República: Dr. Luís Marques Mendes.
16h00 – Sessão de Encerramento (com o Sr. SECP, Dr. Emídio Sousa).
17h00 – Conferência para atendimento à Comunicação Social.



Conselho Permanente - Conselho das Comunidades Portuguesas

4. Resumo dos Assuntos em Discussão / Audiências

4.1 - 1º Dia – 07 de julho de 2025

Iniciámos o primeiro dia com a receção aos conselheiros e a reunião interna do CP do CCP, onde foram abordados temas fundamentais. A reunião do Conselho Permanente das Comunidades Portuguesas (CP do CCP) iniciou com a abertura pelo Presidente Flávio Martins, que enfatizou a necessidade de rigoroso cumprimento do horário devido aos compromissos subsequentes. Seguiu-se uma apresentação da estrutura organizacional do CCP, onde foram destacadas as 21 secções locais por país ou grupo de países, os cinco conselhos regionais continentais, a composição do Conselho Permanente (com 11 dos 12 membros presentes) e as três comissões temáticas, além da criação inédita de uma Comissão de Juventude com 11 membros de até 40 anos.

Foram aprovadas por unanimidade as deliberações agendadas: o Relatório Anual de Atividades, a ser distribuído a todas as entidades presentes, conforme o estipulado no Artigo 38º, f, da Lei nº 66-A, de 2007, cujo documento refletiu as atividades desenvolvidas e as perspetivas futuras do CCP; a reeleição da Mesa Diretora (Flávio Martins como Presidente, Paulo Marques, como Vice-Presidente e Rui Marcelo e Vasco de Abreu como Secretários), um passo importante para garantir a liderança e a continuidade dos trabalhos do Conselho; as atividades das Secções Locais e o cronograma de reuniões, com o objetivo de fortalecer a comunicação e a colaboração entre as diferentes estruturas, bem como o orçamento de 82.500 Euros em 2025, com repartição regional específica e orientações claras para execução até 5 de dezembro de 2025, incluindo a exigência de comunicação prévia à DGACCP, até 14 de agosto de 2025, e definição de despesas elegíveis (transporte, alojamento, alimentação, aluguer de espaços) e não elegíveis (serviços gráficos, segurança, estacionamento). Aprovou-se ainda a realização de uma reunião presencial extraordinária do CP do CCP, com datas previstas entre 13 e 15 de outubro de 2025, visando defender o aumento do orçamento do CCP, cuja proposta de aumento para 500.000,00 Euros, para 2026, suprimindo a necessidade de um financiamento adequado para as iniciativas do CCP, foi aprovada por unanimidade, pelos membros do Conselho Permanente, durante a discussão do Orçamento de Estado, logo após as eleições autárquicas, com uma estratégia que incluirá reuniões com grupos parlamentares para garantir o necessário apoio, bem como a Ata da última reunião por videoconferência do Conselho Permanente do CCP, do dia 21 de junho de 2025.

Em matéria de controvérsias, o Conselho manifestou preocupação unânime quanto à proposta de realização da reunião anual do Conselho Regional da Europa no Funchal, alertando para os custos elevados e os riscos de associação a "turismo institucional", decidindo-se encaminhar o tema para debate no próprio Conselho Regional com posição contrária formal do CP do CCP.

Foi também assinalada a falha nos cartões de identificação dos conselheiros (ausência de número de identificação), emitidos em 2024, que inviabilizam a sua validade legal, resultando na necessidade de solicitar uma correção urgente ao SECP.



Conselho Permanente - Conselho das Comunidades Portuguesas

Outros assuntos debatidos incluíram os pareceres das Comissões Temáticas, onde foram abordados o reforço do ensino de português no estrangeiro e as parcerias com associações locais, a agilização das transferências de fundos e a inclusão de conselhos consultivos na avaliação de projetos, além de propostas de incentivos fiscais para repatriados e ajustes no IRS para evitar a dupla tributação. Foi também mencionada a campanha de promoção da Chave Móvel Digital junto das comunidades, em resposta a dificuldades técnicas recentes registadas pelos cidadãos das comunidades portuguesas.

A reunião foi interrompida às 12h48 para o almoço com o SECP, tendo os trabalhos sido retomados à tarde, de acordo com o programa estabelecido.

Após o almoço, a tarde foi marcada por uma significativa reunião com o novo Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas (SECP), Dr. Emídio Sousa, onde foram discutidas políticas globais para as comunidades, a autonomia e o orçamento do CCP. Este encontro foi propício para alinhar estratégias e expectativas.

Na sessão com o SECP, o Presidente Flávio Martins iniciou a sessão de agradecimentos, sublinhando a importância da presença do Dr. Emídio Sousa, e a estrutura proposta para a reunião, que incluía a apresentação protocolar dos membros do Conselho Permanente, a exposição de temas prioritários, uma sessão de perguntas dos conselheiros por área geográfica e o encerramento até às 16h30. Foi também informada a ausência do Dr. José Andrade, Diretor Regional das Comunidades do Governo Regional dos Açores, retido devido a condições meteorológicas, mas com a possibilidade de assinatura posterior do protocolo de cooperação entre os quatro conselhos da diáspora.

O Presidente do CP do CCP, Flávio Martins, detalhou a estrutura organizacional do CCP, que compreende 21 Secções Locais por país ou grupo de países, cinco Conselhos Regionais, e um Conselho Permanente composto por 12 membros, dos quais 11 estavam presentes. Foram apresentadas as dinâmicas de trabalho, que incluem reuniões mensais por videoconferência, a inclusão de coordenadores das Comissões Temáticas e presidentes regionais nas sessões (sem direito a voto, mas com voz), e a criação de uma Comissão de Juventude, (não prevista na Lei 66-A), com 11 membros até 40 anos, para assessorar em temas geracionais.

Durante a apresentação ao SECP, foram expostas as prioridades estratégicas, com solicitações formais do aumento orçamental para 500 mil euros em 2026 (justificado por custos inflacionistas, ações não executadas em 2024 e a criação de um gabinete próprio de apoio), a autorização para uma reunião presencial em Lisboa na semana subsequente ao dia 12 de outubro de 2025, e a necessidade de alinhamento com as prioridades do Governo para as Comunidades, com o questionamento sobre as diretrizes do programa governamental aprovado na Assembleia da República e ênfase na necessidade de estabelecer sinergias entre o CCP e Secretaria de Estado das Comunidades Portuguesas, bem como o compromisso institucional, tendo sido reafirmada a lealdade e a parceria com a Secretaria de Estado, independentemente de eventuais divergências, visando o benefício das comunidades.



Conselho Permanente - Conselho das Comunidades Portuguesas

O SECP respondeu às questões levantadas, partilhando a sua ligação pessoal à diáspora, o seu percurso profissional, e delineou as prioridades para o seu mandato, incluindo: a) o Funcionamento Consular: Agilização de serviços (e.g., registo de nascimentos no estrangeiro) e combate a falhas (ex.: atrasos no Instituto dos Registos); b) o Ensino da Língua Portuguesa: Revisão do estatuto remuneratório de professores e regime jurídico para travar o declínio de alunos (ex.: queda de 13 mil para 6 mil na Suíça em 10 anos); c) o Voto Eletrónico: Defesa do voto presencial como "ato solene", mas abertura a alternativas para comunidades distantes (voto por correspondência mantido, apesar de falhas logísticas); d) a Dupla Tributação: Análise de casos como o do "segundo pilar" suíço, onde reformados sofrem tributação excessiva em Portugal; e e) Nacionalidade e Imigração: Revisão das leis para garantir fluxos regulados e dignos, sem xenofobia, focada em descendentes de portugueses e naturalizações qualificadas.

Quanto às solicitações do CCP, exigiu fundamentação detalhada para o aumento orçamental (alertando para subutilização atual), propôs apoio administrativo partilhado com a DGACCP em vez de gabinete autónomo e autorizou a reunião de outubro do CP do CCP, condicionado as ações locais à execução orçamental existente.

Na sessão de perguntas e respostas, os conselheiros abordaram temas recorrentes: a) Voto Eletrónico: Paulo Marques (França) e Vasco de Abreu (África do Sul) defenderam modelos mistos (presencial/correspondência/electrónico), face a falhas logísticas em países como a Venezuela e a África do Sul, citando a experiência francesa. O Dr. Emídio Sousa reiterou preferência pelo presencial, mas comprometeu-se a estudar soluções para comunidades remotas; b) Orçamento: Os Conselheiros explicaram o défice orçamental, como resultado de "poupança excessiva" e receio de esgotar verbas, o que tem limitado as atividades dos Conselheiros, (ex.: visitas a comunidades no Canadá); c) Funcionamento Consular: Manuel Coelho (Namíbia) denunciou corrupção em agências de vistos em Angola, e António Cunha (Reino Unido) criticou falhas no recenseamento eleitoral e serviço postal; d) Reconhecimento de Qualificações e Apoio aos Cidadãos: Fernando Campos (Venezuela) apontou dificuldades de profissionais luso-descendentes e solicitou apoio a portugueses em contexto socioeconómico crítico; e) Juventude e Cultura: Beatriz Pereira (Brasil) solicitou políticas para atrair jovens à cultura portuguesa, citando o risco de "perda geracional". O Dr. Emídio Sousa sugeriu parcerias com o Instituto Camões e eventos inovadores, tendo dado como exemplo o festival em Paris que contou com a participação de 40 mil pessoas; e f) Regresso de Reformados: António Iria abordou a questão dos incentivos fiscais e dupla tributação na Suíça.

A sessão com o SECP foi encerrada com uma síntese dos acordos realizados e compromissos assumidos, com destaque para a entrega do relatório anual do CP do CCP e a autorização para a reunião de outubro, centrada na execução orçamental de 2025. Foram ainda registadas as solicitações pendentes que incluem: a) o domínio institucional de e-mail (CCP@ccp.pt) para garantir a continuidade de acesso ao trabalho desenvolvido pelos conselheiros ao longo dos seus mandatos; b) a análise do Despacho 40/2025 (do Ministério da Saúde), que impacta as comunidades, onde não houve consulta prévia ao CCP; e c) o resgate do projeto-piloto de voto eletrónico (aprovado como resolução pelo PSD).



Conselho Permanente - Conselho das Comunidades Portuguesas

O CP do CCP estabeleceu como próximas iniciativas o encaminhamento da proposta orçamental detalhada, à SECP, até final de julho; uma reunião técnica para operacionalizar o apoio administrativo do CCP e o agendamento de uma visita do Dr. Emídio Sousa a comunidades prioritárias (ex.: Brasil, Suíça).

O Dr. Emídio Sousa comprometeu-se com as seguintes ações imediatas: Analisar as falhas consulares e a disponibilizar contacto direto (e-mail e telemóvel) a todos os conselheiros, tendo reforçado a importância da parceria entre o CCP e a Secretaria de Estado, terminando com uma mensagem de colaboração em prol das comunidades.

Após breve intervalo passou-se à sessão para a troca de experiências e assinatura de protocolos com o presidente do Conselho da Diáspora Portuguesa, Dr. António Calçada de Sá, e com o Diretor Regional das Comunidades e Cooperação Externa do Governo Regional da Madeira, Dr. José Sancho Gonçalves Gomes – uma oportunidade valiosa para partilhar boas práticas e estabelecer plataformas de cooperação. Justificada a ausência do Diretor Regional das Comunidades Açorianas, Dr. José Andrade que, por questões meteorológicas, teve o seu voo desde Ponta Delgada suspenso e depois cancelado definitivamente.

Dentre os principais objetivos, destaca-se a criação de grupos de trabalho voltados para projetos regionais e juvenis, os quais apresentarão relatórios trimestrais, assim como a representação, onde os conselheiros regionais do CCP atuarão como interlocutores do CDP, CDM e CDA, respeitando as autonomias de cada entidade. A juventude foi igualmente uma prioridade, com a realização da primeira reunião entre a CCP a CDP e jovens conselheiros para a definição de um ou dois projetos executáveis até dezembro de 2025. Além disso, ficou acordado que os protocolos serão reavaliados anualmente, podendo ser denunciados com um aviso prévio de 90 dias.

A sessão iniciou com a formalização dos seguintes protocolos de colaboração:

- Protocolo com o Conselho da Diáspora Portuguesa (CDP): Assinado pelo Presidente Flávio Martins, em representação do CCP, e pelo Dr. António Calçada de Sá, pelo Conselho da Diáspora Portuguesa, e ainda na presença do Dr. Pedro Pereira da Silva, Empresário, Investidor, e CEO do CDP. O documento estabelece os parâmetros de cooperação mútua, a indicação de conselheiros regionais para ações conjuntas e um projeto-piloto com jovens dos dois conselhos. O documento terá vigência até dezembro de 2026, renovável anualmente, com cláusula de confidencialidade.
- Protocolo com a Direção Regional das Comunidades da Madeira (CDM): Assinado pelo Presidente Flávio Martins, em representação do CCP, e pelo Dr. José Sancho Gonçalves Gomes, diretor regional, em representação do Conselho da Diáspora Madeirense, destacando-se a intenção de articular ações regionais e superar divergências históricas.
- Protocolo com a Direção Regional das Comunidades Açorianas: O protocolo com o Conselho da Diáspora Açoriana ficou pendente devido à impossibilidade de deslocação do Dr. José Andrade (conforme informado, por condições meteorológicas desfavoráveis em Ponta Delgada).



Conselho Permanente - Conselho das Comunidades Portuguesas

Os protocolos não são idênticos, apresentando diferenças adaptadas às especificidades de cada entidade.

Durante as intervenções dos representantes dos Conselhos convidados, o Dr. António Calçada de Sá, Presidente do CDP, enfatizou a importância de um "espírito não retórico" na cooperação, alinhando-se ao mandato do Presidente da República, que visa unir a diáspora portuguesa, sublinhando o potencial do talento português no exterior e a necessidade de desenvolvimento de projetos concretos.

O Dr. Sancho Gonçalves Gomes, Diretor Regional das Comunidades da Madeira, fez uma revisão histórica, destacando a superação de divergências políticas anteriores a 2015 entre o Conselho Madeirense e o CCP, e identificou as prioridades com enfoque na juventude, cultura e na implementação do voto eletrónico, além de propor a criação de um círculo eleitoral externo para a eleição de deputados madeirenses na diáspora, a ser negociado com a Assembleia da República. O Presidente Flávio Martins, em representação do CCP, reiterou o papel deste como "voz das comunidades", sem sobreposição a outros conselhos, e defendeu a criação de sinergias que visem um Portugal mais forte.

Num debate dedicado ao voto eletrónico, o Conselheiro Paulo Marques apresentou dados comparativos, recorrendo à experiência francesa, em que 4 métodos de voto (presencial, correspondência, procuração e eletrónico) resultaram em 21% de participação da diáspora em 2022, equiparável a Portugal (22%). No âmbito do alargamento do voto a distância às eleições presidenciais e europeias, a França realiza um teste de votação entre os dias 19 e 22 de setembro 2025, tendo em vista a robustez do sistema e gestão dos fluxos.

Foi ainda referido o caso de sucesso de implementação deste sistema pela Estónia com 50% de votação eletrónica desde 2023, e com sistemas de segurança robustos (ex.: reconhecimento facial).

Foram reforçadas as críticas ao sistema português, em que o voto por correspondência é inviável em países como Venezuela e África do Sul (falhas postais), e o voto presencial consular não atende às necessidades das comunidades dispersas, tendo os Conselheiros defendido a urgência de implementar o voto eletrónico à distância, apesar de desafios técnicos, sendo realçada pelo Presidente Flávio Martins a necessidade de superar "falácias" sobre a insegurança do sistema, tendo citado o apoio explícito do Governo Regional da Madeira à introdução desta metodologia.

Passou-se então à próxima reunião, ou seja, a sessão com o candidato presidencial Dr. António José Seguro, na qual foram abordados vários compromissos e propostas fundamentais para a emigração e as comunidades portuguesas. António José Seguro comprometeu-se a criar uma assessoria para a emigração no Palácio de Belém, a simplificar o acesso ao voto eletrónico e digital, e a reforçar a rede consular, com o intuito de proporcionar uma maior proximidade e apoio às comunidades. No que diz respeito às propostas, foi salientada a importância do ensino do português, com um enfoque especial nos lusodescendentes, assim como a necessidade de uma revisão da fiscalidade para evitar a dupla tributação e atrair cidadãos que desejam regressar a Portugal. A questão da habitação e do emprego também foi abordada, propondo o combate às 600 mil habitações devolutas e o estímulo a empresas para a melhoria dos salários.



Conselho Permanente - Conselho das Comunidades Portuguesas

Durante o encontro, António José Seguro respondeu ainda a várias questões colocadas pelos Conselheiros do CP do CCP, expressando apoio a uma reforma do sistema eleitoral que beneficie a representatividade política, mas sem comprometer a governabilidade. Reconheceu os obstáculos logísticos relacionados com o voto, especialmente na segunda volta, defendendo a criação de mais postos de voto físicos. Além disso, reafirmou o seu compromisso em ouvir o Conselho em matérias relevantes para a diáspora, demonstrando a sua intenção de promover um diálogo aberto e colaborativo. No encerramento da sessão, o Dr. António José Seguro salientou que "a emigração não é um tema acessório; é central para a projeção de Portugal", sublinhando a relevância da diáspora na estratégia nacional. Findo o tempo de 30 minutos previsto e estipulado a todos os conditados onvidados, foi encerrada a reunião para que os conselheiros pudessem deslocar até ao Palácio de Belém para o encontro com a Presidência da República.

Na audiência com o Presidente da República, Prof. Marcelo Rebelo de Sousa, foram discutidas as expectativas e preocupações do Conselho Permanente do CCP, em relação ao futuro das comunidades, que se mostrou recetivo às sugestões formuladas, destacando os seguintes eixos prioritários: a) No âmbito do ensino da língua e cultura, salientou a necessidade de reformar o Instituto Camões para adaptar-se a realidades distintas, propondo uma revisão do modelo das escolas portuguesas nos países de língua oficial e a valorização do português como "língua de afeto" nas comunidades emergentes. Também abordou o desafio geracional da retenção de jovens, a fim de evitar a erosão identitária. Relativamente à sustentabilidade económica e financeira, alertou para os impactos das crises globais nas comunidades, citando a vulnerabilidade na América do Sul, a estagnação económica na Europa e as transições políticas em África, criticando a falta de articulação entre a diplomacia política e a promoção económica.

O Prof. Marcelo Rebelo de Sousa defendeu também o apoio estrutural ao movimento associativo, propondo a criação de fundos específicos para as associações e a regulamentação do financiamento no exterior, além de apoiar meios de comunicação comunitária como pilares de coesão. Reconheceu as dificuldades logísticas das visitas presidenciais, mas manifestou o compromisso de dar prioridade a regiões menos visitadas e de realizar visitas a comunidades após o mandato. Em relação aos novos desafios, alertou para as potenciais migrações de retorno devido a alterações climáticas, destacando a necessidade de políticas integradas para jovens e reformados.

Os conselheiros do CP do CCP partilharam preocupações específicas, como os desafios nas relações político-diplomáticas em Macau, e o apelo à continuidade do apoio institucional (Rui Marcelo – Macau), o reforço da cooperação educativa e cultural com o Brasil (Beatriz Pereira – Brasil), a urgência em resolver questões fiscais para o repatriamento de reformados (António Iria – Suíça), a preparação para fluxos migratórios devido a alterações climáticas (Daniel Loureiro – Canadá), a complexidade das relações bilaterais e segurança da comunidade perante a instabilidade política, e um convite formal ao Presidente para visitar o país pós-mandato (Fernando Campos – Venezuela), e as dificuldades consulares e necessidade de agilização de serviços (Vasco de Abreu – África do Sul).



Conselho Permanente - Conselho das Comunidades Portuguesas

Nas respostas e reflexões finais do Presidente da República, foi dado destaque à diplomacia prática, tendo o Prof. Marcelo Rebelo de Sousa relatado a experiência pessoal com líderes internacionais para salientar o papel da "empatia além das divergências", defendendo a aproximação pragmática com a Venezuela, alinhada com a evolução da posição europeia.

Destacou ainda o legado e a transição, salientando avanços na visibilidade das comunidades durante sua presidência, com maior articulação ministerial, e sublinhou a necessidade do CCP se alinhar com as novas lideranças políticas, para garantir a continuidade das prioridades das comunidades, e na sua narrativa final destacou que "Portugal não é um país de 10 milhões, mas de 15 milhões quando incluímos a diáspora", defendendo uma política externa que integre o capital humano e económico das comunidades a importância da vontade política e do talento português no mundo, encerrando com um relato pessoal que reforçou a proximidade com as comunidades., despedindo-se com uma mensagem: "O que nos falta? Vontade política. O que nos sobra? Talento português no mundo. Unamos ambos."

O Presidente do CCP, Flávio Martins, entregou o relatório anual do CCP ao Presidente da República, tendo o encontro terminado com uma sessão fotográfica coletiva e agradecimentos.

4.2 - 2º Dia – 08 de julho de 2025

O segundo dia teve início com uma reunião com o Diretor Geral da DGACCP, o Embaixador Luís Almeida Ferraz. Nesta reunião, foram abordados os seguintes temas:

- Conselhos Consulares: Foi analisada a estrutura e o funcionamento dos conselhos consulares, visando melhorias na sua atuação.
- Plataforma e-Consulado: A importância da digitalização dos serviços consulares foi salientada, com o objetivo de facilitar o acesso às comunidades, embora seja necessário facilitar e comunicar a utilização do seu conteúdo.
- Apoios Sociais e Orçamento: Foi debatida a necessidade de um orçamento que apoie as políticas sociais destinadas à diáspora.

O Embaixador Luís Ferraz, que já conhecia o funcionamento do Conselho, foi convidado a fazer uma saudação inicial, na qual expressou gratidão pelo convite e iniciou os trabalhos com uma exposição abrangente sobre as reformas em curso salientando a implementação de um sistema automático de substituição de funcionários que se aposentam nos postos consulares que eliminou processos burocráticos junto do Ministério das Finanças, encurtando prazos de dezoito meses para três meses, bem como a necessidade de melhorar a gestão e o aproveitamento do pessoal nas operações consulares.

Uma das principais mudanças propostas foi a centralização do processamento em *hubs* regionais, designadamente em Brasília, para o Brasil, Washington para os Estados Unidos, e Joanesburgo, para a África do Sul, explicando que esta medida permitirá aos consulados locais dedicarem-se exclusivamente ao atendimento das comunidades portuguesas, a fim de aliviar a carga sobre os consulados e melhorar a eficiência.



Conselho Permanente - Conselho das Comunidades Portuguesas

O Embaixador também abordou a criação de um novo Centro de Gestão de Crises, destinado a responder a emergências que afetam a comunidade portuguesa no exterior, que substituirá as estruturas provisórias após onze anos integrando mecanismos automáticos de resposta a emergências baseados em experiências prévias como as dez operações de evacuação coordenadas na última década. Durante a reunião, foram ainda discutidas as dificuldades enfrentadas pelas comunidades, incluindo a necessidade de apoio associativo e a importância de garantir que os conselhos consultivos funcionem adequadamente.

No capítulo do apoio associativo o Embaixador referiu a divisão do fundo de um milhão de euros em dois períodos anuais de candidatura - outubro de dois mil e vinte e cinco e abril de dois mil e vinte e seis - criticando, contudo, a estagnação orçamental face à inflação.

Os membros do Conselho levantaram questões sobre a formação dos funcionários consulares e a adequação das instalações, além de propor a criação de uma matriz pública de critérios para a avaliação de pedidos de apoio associativo.

Fernando Campos alertou para a crise operacional dos consulados honorários na Venezuela devido à hiperinflação, e a custos logísticos, solicitando fundos de emergência. Manuel Viegas denunciou sobrecargas no consulado da Flórida e casos de assédio laboral, propondo a abertura de um novo posto em Miami. António Cunha enalteceu a eficiência dos serviços consulares britânicos, mas manifestou preocupação com a mudança simultânea de todos os chefes de posto. Manuel Coelho criticou a discriminação no tratamento de vistos por embaixadas europeias na Namíbia sugerindo a digitalização integral de processos. Vasco de Abreu propôs tarifas sociais para reformados em documentos consulares dado que o custo do passaporte - mil e oitocentos rands - excede o valor de pensões mínimas. Beatriz Pereira exigiu uma matriz pública de critérios para avaliação de apoios associativos e criação de mecanismos de reapreciação para candidaturas indeferidas. Paulo Marques questionou a formação de funcionários citando disparidades na aplicação de leis como os casos de atribuição de nacionalidade por casamento. Rui Marcelo registou a melhoria dos serviços do consulado em Macau e questionou quais as três prioridades principais que a DGACCP equacionou para melhorar a comunicação e o apoio aos cidadãos da comunidade portuguesa no estrangeiro através do Conselho das Comunidades Portuguesas.

A necessidade de um mecanismo de reapreciação para pedidos indeferidos também foi mencionada, visando maior transparência e justiça nos processos.

Em resposta, o Embaixador reafirmou o compromisso em melhorar a comunicação e o apoio aos cidadãos portugueses no estrangeiro, destacando a importância da colaboração entre os diversos postos consulares e a DGACCP. A reunião culminou com a expectativa de um orçamento mais robusto para o próximo ano, a ser discutido em encontros futuros, e a necessidade contínua de fortalecer os laços com as comunidades.



Conselho Permanente - Conselho das Comunidades Portuguesas

O Embaixador Luís Ferraz abordou ainda o estado dos conselhos consultivos referindo que apenas quarenta e cinco dos setenta e três postos obrigatórios os possuem constituídos, justificando as lacunas com a alta mobilidade comunitária e a falta de associações locais. Sobre a formação de funcionários destacou o papel unificador do Centro de Atendimento Consular, para eliminar interpretações individuais. Em relação às prioridades para dois mil e vinte e seis, destacou a conclusão do *consórcio virtual*, para a desmaterialização de vistos, e a extinção da dependência de representações consulares por terceiros, em países como a Etiópia e o Quênia, e a revisão das tabelas de custos para pensionistas. A reunião encerrou com a entrega, pelo Presidente Flávio Martins, do relatório de atividades do CP do CCP, ao Embaixador Luís Ferraz, e com a atualização dos processos relativos às deliberações tomadas.

Ainda no período da manhã, a interação com a Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna (SGMAI), representado pelo Eng. Joaquim Morgado e Dra. Sofia Teixeira, focou-se em questões eleitorais e recenseamento. O desenvolvimento do voto eletrónico foi considerado essencial para facilitar a participação das comunidades no processo democrático.

A reunião centrou-se na avaliação dos processos eleitorais nas comunidades portuguesas no exterior, com particular ênfase no recenseamento, nas modalidades de voto, e nos desafios operacionais. O Eng. Joaquim Morgado explicou o papel da Secretaria-Geral na supervisão dos atos eleitorais, enfatizando que a administração eleitoral deve operar dentro dos limites definidos pela lei. A SGMAI reiterou o seu papel estritamente executivo no cumprimento da legislação eleitoral cabendo à Assembleia da República a regulamentação específica. Foram abordadas as limitações da administração eleitoral em promover campanhas de sensibilização fora do período eleitoral sendo esta competência exclusiva da Comissão Nacional de Eleições (CNE), e dos partidos políticos, embora a SGMAI apoie iniciativas de divulgação sobre recenseamento e prazos de voto nos trinta dias anteriores aos atos eleitorais.

Os membros do CP do CCP levantaram questões sobre a elevada taxa de abstenção nas comunidades e a necessidade de uma estratégia interministerial para melhorar a divulgação dos atos eleitorais.

Foram levantadas preocupações significativas quanto às elevadas taxas de abstenção no exterior, a eficácia do voto por correspondência, a burocracia relacionada à identificação dos eleitores nos correios, e a desmotivação dos cidadãos para votar devido a processos complicados. O Eng. Joaquim Morgado garantiu que a administração eleitoral está ciente das dificuldades e está a trabalhar para melhorar o sistema, enquanto os conselheiros enfatizaram a importância de garantir um acesso mais fácil e transparente ao processo eleitoral.

Foi ainda mencionada a redução não justificada de eleitores recenseados em círculos como Macau e a África do Sul. A SGMAI esclareceu que as quedas resultam de duplas devoluções de correspondência, não de remoção ativa dos cadernos, sendo possível regularizar a situação via Portal do Eleitor ou através das renovações do cartão de cidadão. Salientou-se ainda o elevado custo e a ineficiência dos correios internacionais com casos críticos em países como Venezuela, Timor-Leste e África do Sul, onde cartas chegam tardiamente ou são extraviadas.



Conselho Permanente - Conselho das Comunidades Portuguesas

Relativamente à segunda volta das eleições presidenciais, a SGMAI confirmou que a lei permite a reutilização dos boletins da primeira volta, garantindo a logística necessária.

Os membros do Conselho Permanente do CP questionaram ainda a viabilidade técnica do voto em mobilidade no estrangeiro, com base nos cadernos eleitorais desmaterializados, tendo a SGMAI respondido afirmativamente, sendo, porém, necessária alteração legal para a sua implementação.

Sobre os votos nulos em eleições legislativas, a SGMAI referiu estudos em curso pela CNE com dados preliminares a indicarem percentagens preocupantes em países como Reino Unido, Canadá, e Estados Unidos, resultante de fatores como a ausência de cópia do documento de identificação ou o envio tardio pelo correio, que contribuem para a anulação. A SGMAI recomendou a consulta do documento de identificação eletrónico via aplicação GOVPT para mitigar o problema.

A discussão avançou para o voto eletrónico com exemplos do modelo francês que será testado em setembro de dois mil e vinte e cinco. A SGMAI enfatizou a necessidade de um prazo mínimo de dois anos para implementação segura em Portugal, incluindo testes robustos, divulgação alargada e soluções para assimetrias tecnológicas, tendo alertado para riscos de cibersegurança e vigilância de dados em países com restrições digitais.

No final da reunião, o Presidente Flávio Martins apresentou o relatório anual de atividades do CP do CCP, frisando que, embora a nova composição tenha iniciado em outubro de 2024, ainda não completou um ano de funções, e agradeceu a presença dos representantes da SGMAI e reiterou a importância de levar as preocupações e sugestões discutidas ao conhecimento dos deputados e grupos parlamentares, visando sempre a melhoria da participação dos cidadãos portugueses no exterior. A sessão foi encerrada com a promessa de que as informações necessárias seriam disponibilizadas para um acompanhamento contínuo das questões levantadas.

Após o almoço, no período da tarde, o CP do CCP participou numa audiência com a Comissão Parlamentar de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas, presidida pelo Dr. José Cesário, e deputados representantes dos diversos partidos da AR, que permitiu um diálogo direto sobre a importância das políticas a serem implementadas.

A sessão iniciou com a saudação do Presidente da Comissão Parlamentar de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas, Dr. José Cesário, aos membros do Conselho Permanente das Comunidades Portuguesas, realçando o seu papel como “Parlamento das Comunidades” e a imprescindibilidade do diálogo com a Assembleia da República para a definição de políticas sérias dirigidas aos portugueses no estrangeiro. O Presidente do CP do CCP, Dr. Flávio Martins apresentou os 11 conselheiros presentes, oriundos de diversas geografias, sublinhando a diversidade global do Conselho e a renovação parcial da sua composição.



Conselho Permanente - Conselho das Comunidades Portuguesas

Procedeu também à entrega, à Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas, do relatório de atividades do CP do CCP e um protocolo de cooperação com o Conselho da Diáspora Portuguesa, e enumerou as agendas prioritárias tratadas pelo Conselho incluindo reuniões com o Presidente da República, Primeiro-Ministro, Secretários de Estado e candidatos presidenciais, além de contactos com estruturas regionais madeirenses e açorianas.

Pontos Essenciais Discutidos:

- Participação Eleitoral:
 - Preocupação com o envio de boletins de voto em eventual segunda volta presidencial sugerindo adaptação urgente do modelo atual.
 - Defesa do voto presencial antecipado em mobilidade à semelhança das eleições europeias dada a exiguidade temporal.
 - Reforma do voto por correspondência com envio via mala diplomática para consulados locais mitigando falhas que impactaram 22% de participação nas últimas legislativas.
 - Implementação de teste piloto de voto eletrónico descentralizado inspirado no modelo francês bem-sucedido desde 2012.
- Sub-representação Parlamentar:
 - Reivindicação de revisão do número de deputados eleitos pelos círculos da emigração face a 1,7 milhões de eleitores e desproporção comparativa.
- Orçamento do CPCP:
 - Solicitação formal de 500 mil euros para 2026 nos termos do artigo 42º da Lei nº 66-A com apelo a apoio parlamentar transversal.
- Apoio ao Associativismo:
 - Reivindicação de aumento da verba atual 1 milhão de euros para programas de apoio aproveitando a dupla janela de candidaturas.

Intervenções de Conselheiros:

Paulo Marques, o Vice-Presidente do CP do CCP, propôs que os deputados ficassem atentos ao teste de voto eletrónico à distância, dos franceses a residirem em Lisboa, que se estenderá às eleições presidenciais em França, em setembro de 2025, e criticou a exclusão de eleitores por falhas postais.

Daniel Loureiro denunciou a desatualização das tabelas salariais de coordenadores do ensino português desde 2006 exigindo revisão urgente.

Posições dos Grupos Parlamentares:

Os representantes do PSD enfatizaram o consenso sobre o voto eletrónico e defenderam visitas a comunidades vulneráveis (ex. Venezuela e África do Sul).

O representante do CHEGA apontou a burocracia consular e subvalorização do CP do CCP, elogiando a gestão atual.



Conselho Permanente - Conselho das Comunidades Portuguesas

O PS apoiou os testes de voto eletrónico com garantias de segurança e reforçou o compromisso com o ensino, questionando as deportações nos EUA e alterações à Lei da Nacionalidade.

A Iniciativa Liberal criticou a estagnação de temas recorrentes e propôs a revisão da Lei do CCP, rejeitando a limitação de mandatos.

Respostas Finais do CP do CCP:

- Reiterou a heterogeneidade das comunidades incluindo os portugueses nascidos no exterior.
- Solicitou visitas parlamentares a países com comunidades em risco (ex. Venezuela).
- Criticou as cativações orçamentais que limitam a autonomia do Conselho.
- Quanto às deportações nos EUA esclareceu existência de 10 casos recentes e 17 detenções em monitorização.
- Sobre a Lei da Nacionalidade optou por aguardar análise em especialidade na Assembleia.

O Presidente da Comissão Parlamentar de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas, Dr. José Cesário, encerrou a sessão, destacando avanços recentes na eliminação da propina no ensino, a modernização da rede consular, com 180 novos funcionários, e a agilização de apoios. Reafirmou também o compromisso com audiências ao CP do CCP, em plenário, visando impacto político e sublinhou o desafio de fazer os 230 deputados representarem efetivamente as comunidades.

A reunião consolidou o diálogo institucional entre o CP do CCP e a Assembleia da República, com o foco na participação cívica, representação política e financiamento, sem consensos imediatos, mas com encaminhamentos para revisões legislativas, e políticas públicas futuras, mantendo o CP do CCP como elo vital entre Portugal e as suas comunidades globais.

A atividade dos Conselheiros do Conselho Permanente prosseguiu com uma reunião com a Secretária de Estado das Finanças, Dra. Cláudia Reis Duarte, onde foram elencadas as principais prioridades do governo para as comunidades, incluindo a retenção de jovens e incentivos fiscais, conjunto de medidas do governo português para apoiar emigrantes que desejem retornar a Portugal e representação fiscal.

O Presidente Flávio Martins procedeu à entrega do relatório de atividades do CP do CCP, referente ao período de outubro de 2024 a julho de 2025, à Secretária de Estado das Finanças, que iniciou sua intervenção enaltecendo o papel estratégico da diáspora no programa do 25º Governo Constitucional, com enfoque em políticas fiscais promotoras de justiça tributária, competitividade e ligação ao país, nomeadamente através da redução sustentada da carga fiscal sobre rendimentos do trabalho e pensões, atualização de escalões de IRS (com alívio adicional de 500 milhões de euros anunciado), alargamento do IRS Jovem (isenção até 28.700 euros e eliminação de requisitos académicos), e redução progressiva do IRC para 15-17%.



Conselho Permanente - Conselho das Comunidades Portuguesas

Salientou-se ainda a plena operacionalidade do regime IFICI para atração de talento qualificado, a agenda de simplificação fiscal e digitalização de serviços (Portal das Finanças) como eixos cruciais para reduzir burocracia e facilitar o cumprimento de obrigações por não residentes.

Nos debates subsequentes, os conselheiros do CP do CCP abordaram temas específicos: António Iria (Suíça) questionou a exclusão dos reformados no estrangeiro de benefícios fiscais e a revisão dos acordos de dupla tributação com a França e a Suíça, apontando assimetrias face a modelos italiano e grego. Daniel Loureiro (Canadá) e Paulo Marques (França) destacaram a necessidade de políticas para jovens lusodescendentes que pretendem vir para Portugal pela primeira vez, sugerindo programas de acolhimento e informação fiscal multilíngue acessível. Manuel Coelho (Namíbia) inquiriu sobre a obrigatoriedade de representante fiscal para não residentes. Manuel Viegas (EUA) e António Cunha (Reino Unido) propuseram incentivos ao investimento imobiliário da diáspora.

Em resposta, a Secretária de Estado esclareceu que: a tributação de reformados no estrangeiro envolve complexidades diplomáticas e está sob análise à luz de melhores práticas internacionais, a dispensa de representante fiscal é possível mediante adesão a notificações eletrónicas via Portal das Finanças, políticas para jovens lusodescendentes serão reforçadas com guias digitais simplificados e parcerias com o MNE. Já sobre os incentivos fiscais diretos ao investimento imobiliário da diáspora, frisou limitações legais à discriminação positiva, encerrando com um apelo ao papel dos conselheiros como "embaixadores naturais" na promoção ativa das oportunidades económicas de Portugal junto das novas gerações.

A sessão terminou com o compromisso de aprofundamento destas matérias nas instâncias governamentais competentes.

O segundo dia de reuniões do CP do CCP terminou com o encontro com o candidato à Presidência da República, Almirante Henrique Gouveia e Melo. O candidato centrou o seu discurso na importância estratégica das comunidades portuguesas no exterior, que definiu como um "ativo fundamental" para o país, defendendo uma relação mais próxima e bidirecional entre Portugal e a sua diáspora. Gouveia e Melo expressou o seu compromisso em reforçar o papel consultivo do CCP, garantindo que as suas contribuições tenham impacto real nas políticas públicas, e propôs uma articulação mais estreita entre este conselho e a futura Presidência da República. Encorajou ainda uma maior participação cívica dos emigrantes, nomeadamente através do voto, e destacou a necessidade de combater a abstenção eleitoral no estrangeiro.

Entre os desafios concretos abordados, comprometeu-se a trabalhar pela melhoria dos serviços consulares, incluindo a agilização de processos documentais e apoio jurídico, e pela simplificação da burocracia que afeta tanto os emigrantes como os retornados. Durante o encontro, recorreu à metáfora da "ponte" entre Portugal e as comunidades, aludindo à sua experiência na Marinha para sublinhar o seu papel como unificador. Os conselheiros do CCP apresentaram preocupações específicas da diáspora, como acesso à saúde, reconhecimento de qualificações e apoio aos jovens emigrantes, manifestando expectativas de que o futuro Presidente atue como mediador ativo junto do Governo.



Conselho Permanente - Conselho das Comunidades Portuguesas

O tom do diálogo foi aberto e moderado, com Gouveia e Melo a evitar críticas partidárias e a focar-se no papel institucional do Presidente. O candidato reforçou a sua ligação pessoal à causa da emigração ao partilhar a história do seu avô, emigrante no Brasil.

Em conclusão, o encontro serviu para reafirmar o compromisso de Gouveia e Melo em elevar o estatuto das comunidades portuguesas no exterior, promovendo maior representatividade, apoio prático e uma relação institucional mais forte com o CCP, numa abordagem marcada pela unidade e pragmatismo.

4.3 - 3º Dia – 09 de julho de 2025

O terceiro dia começou com uma reunião interna dos membros do CP do CCP, seguida de um encontro com a Secretária de Estado da Justiça, Dra. Ana Luísa Machado, onde foram discutidas questões relacionadas ao IRN e a demora na atribuição de nacionalidade, um tema sensível e relevante para muitas comunidades, tendo sido abordadas medidas prioritárias a implementar pelo Instituto dos Registos e Notariados (IRN) para melhorar a eficiência e reduzir os prazos de espera na atribuição de nacionalidade, e de residência, e registos de nascimento, considerando o aumento da procura para estes serviços, nos últimos anos, através das representações consulares.

A sessão iniciou com uma exposição introdutória que salientou o papel consultivo do Conselho Permanente junto do Governo, particularmente em matérias relativas às comunidades portuguesas no estrangeiro, sendo destacada a importância do diálogo institucional para a clarificação de dúvidas e formulação de recomendações.

Foram apresentadas preocupações centrais das comunidades, com enfoque nos constrangimentos burocráticos enfrentados pelos cidadãos. A demora na atribuição da nacionalidade portuguesa foi amplamente debatida, com relatos de processos que se estendem por até cinco anos, afetando casais mistos, descendentes de portugueses e jovens em busca de oportunidades profissionais. Foi referida a lentidão do sistema informático, a obsolescência tecnológica dos postos consulares (incluindo kiosques com sistemas descontinuados) e as dificuldades de comprovação de ascendência em casos de gerações distantes, tendo os conselheiros do Canadá, Venezuela e Reino Unido partilhado casos concretos onde atrasos comprometeram o emprego, a mobilidade e integração familiar.

A Secretária de Estado da Justiça respondeu detalhadamente, explicando que o Instituto dos Registos e Notariado (IRN) enfrenta desafios estruturais, incluindo escassez de recursos humanos (com elevada taxa de aposentações e reposição insuficiente de conservadores e oficiais de registo) e complexidade legal na análise de processos. Distinguiu entre procedimentos de nacionalidade (com prioridade aos menores) e residência, geridos pela Agência para a Integração, Migrações e Asilo (AIMA). Foram citados 514 mil processos pendentes, com ênfase em pendências relacionadas a sefarditas (30,9% do total) e a descendentes de nacionais.



Conselho Permanente - Conselho das Comunidades Portuguesas

Medidas em curso incluem:

- Recrutamento de 485 oficiais de registo e 39 conservadores.
- Implementação de uma plataforma digital para transparência no acompanhamento de pedidos.
- Criação de equipas de back office para triagem de processos.
- Modernização tecnológica de consulados (substituição de kiosques obsoletos).

Outros temas abordados incluíram:

- Dificuldades no registo de divórcios internacionais (custos elevados com traduções e reconhecimento judicial).
- Casos pontuais de cartões de cidadão com restrições de mobilidade (solicitada análise específica)
- Necessidade de critérios claros para comprovação de vínculos culturais em países sem estruturas comunitárias portuguesas.

A Secretária de Estado da Justiça, Dra. Ana Luísa Machado, reiterou o compromisso do Governo em agilizar serviços, destacando negociações com sindicatos para melhorias salariais e de carreira no IRN. O Conselho propôs estabelecer um canal permanente de partilha de informações para divulgação nas comunidades, sublinhando a importância da colaboração bilateral.

Encerrou-se a sessão com agradecimentos mútuos, enfatizando-se o papel estratégico do diálogo para a melhoria dos serviços aos cidadãos portugueses no estrangeiro.

A audiência que se seguiu, com o Presidente da Assembleia da República, Dr. José Aguiar Branco, foi outro momento significativo, reforçando a importância dos temas abordados nas reuniões anteriores.

A sessão iniciou-se com reconhecimento mútuo do papel estratégico da diáspora portuguesa qualificada pelo Dr. Aguiar Branco como prioridade absoluta da política externa nacional, enquanto o Presidente do CP do CCP destacou a importância do diálogo institucional para a defesa dos direitos dos cidadãos emigrados.

Neste encontro foi destacada a articulação institucional e a defesa dos interesses das comunidades portuguesas no exterior, sublinhadas as iniciativas e os encontros realizados pelo CP do CCP durante esta deslocação a Lisboa, incluindo a reunião com o Presidente da República e com o Primeiro-Ministro, e a assinatura de um protocolo histórico de cooperação entre quatro entidades representativas das diásporas portuguesas, nomeadamente o Conselho das Comunidades Portuguesas, o Conselho da Diáspora Portuguesa, a Direção Regional das Comunidades da Madeira (CDM) e a Direção Regional das Comunidades Açorianas, sublinhando-se a importância desta sinergia inédita para a unidade de ação e a promoção da cultura portuguesa no mundo.



Conselho Permanente - Conselho das Comunidades Portuguesas

Foi também sublinhado o ciclo de encontros com os candidatos à Presidência da República, tendo sido registada a ausência do candidato Dr. António Filipe, por motivos familiares impreteríveis.

Perante o Presidente da Assembleia da República, Dr. José Aguiar Branco, o Presidente do CP do CCP apresentou preocupações urgentes relativas ao processo eleitoral das comunidades, com ênfase nos riscos operacionais para uma eventual segunda volta das eleições presidenciais, nomeadamente a inviabilidade de distribuição atempada de boletins de voto em territórios remotos, tendo sido proposta a adoção de mecanismos excecionais como o aproveitamento dos boletins da primeira volta, ou a implementação do voto antecipado em mobilidade, à semelhança do modelo bem-sucedido nas eleições europeias.

Defendeu ainda a reformulação do sistema de envio de material eleitoral, sugerindo a utilização dos postos consulares como centros de distribuição, em articulação com os serviços postais locais para mitigar falhas recorrentes como as ocorridas nas eleições legislativas de maio de 2025.

Reivindicou igualmente o reforço da representatividade parlamentar da diáspora, argumentando que os atuais quatro deputados, pela Europa, e pelo resto do mundo, não refletem o peso de cerca de 1,7 milhões de eleitores recenseados, nem a magnitude de quase 300 mil votos válidos registados em atos eleitorais recentes, tendo o Presidente da AR prometido articular o debate de emendas que revertam esta redução declarando que a diáspora merece maior representatividade, não menor.

No plano dos serviços consulares foi destacada a urgência de digitalizar procedimentos como vistos e registos civis e expandir os kiosques móveis citando casos críticos como o do Luxemburgo onde falhas técnicas crónicas prejudicam cidadãos. O Dr. Aguiar Branco reconheceu a obsolescência inaceitável dos sistemas e propôs a criação de um grupo de trabalho tripartido – AR, Governo e CCP - para monitorizar o Plano de Modernização Consular.

Sobre o ensino da língua portuguesa, os conselheiros das Américas e de África relataram carências de docentes e materiais didáticos alertando para o risco do encerramento de leitorados em universidades estrangeiras. O Presidente defendeu a integração do ensino da diáspora na política educativa de Estado com financiamento sustentável além de iniciativas pontuais na área da participação cívica.

Flávio Martins anunciou ainda a intenção do CP do CCP regressar à Assembleia da República, em outubro de 2025, para apresentar contributos específicos sobre o Orçamento do Estado, com enfoque nas dotações para a rede consular e para o ensino da língua portuguesa no estrangeiro, e as condições laborais dos trabalhadores das representações diplomáticas.

Complementarmente, foi entregue ao Presidente da Assembleia da República o Relatório Anual de Atividades do CP do CCP, documentando as ações realizadas nos últimos meses e reafirmando o compromisso institucional com a defesa intransigente dos direitos e anseios das comunidades portuguesas dispersas pelo globo.



Conselho Permanente - Conselho das Comunidades Portuguesas

No período da tarde, os membros do Conselho Permanente do Conselho das Comunidades Portuguesas reuniram-se com o Primeiro-Ministro, Dr. Luís Montenegro, no Palácio de São Bento, num encontro que sublinhou a relevância constitucional das comunidades portuguesas no exterior como pilar fundamental da identidade e projeção nacional. O Governo reafirmou o compromisso inequívoco de fortalecer os laços com a diáspora, reconhecendo o seu contributo singular para o desenvolvimento económico, cultural e diplomático de Portugal.

Em tom de colaboração institucional, foram abordadas as prioridades transversais das comunidades, com ênfase na necessidade de garantir serviços públicos eficientes, promover a participação cívica e salvaguardar os direitos dos cidadãos emigrados. O Primeiro-Ministro reiterou a intenção do Executivo em estabelecer mecanismos de diálogo permanente, assegurando que as especificidades das comunidades serão integradas na definição de políticas públicas.

Destacou ainda o compromisso de valorizar a língua portuguesa como elemento agregador, bem como de simplificar procedimentos administrativos que afetam o quotidiano dos portugueses no estrangeiro. O Governo enfatizou o princípio da coesão nacional, afirmando que a diáspora permanece no centro da estratégia de ação governativa, com vista a reforçar a sua ligação institucional ao país.

O encontro, marcado por um espírito de entendimento mútuo, refletiu a convergência de objetivos entre o CP do CCP e o Governo, consolidando uma parceria orientada para a defesa intransigente dos interesses nacionais e comunitários no panorama global, tendo o encontro terminado com a entrega, pelo Presidente Flávio Martins, do relatório anual do CP do CCP ao Primeiro-Ministro, Dr. Luís Montenegro.

O Conselho Permanente do Conselho das Comunidades Portuguesas reuniu-se de seguida com o candidato à Presidência da República, o Dr. Luís Marques Mendes, no terceiro dia dos seus trabalhos em Lisboa, seguindo o modelo previamente adotado com os outros candidatos.

A sessão iniciou-se com a apresentação dos membros presentes e a entrega formal do Relatório Anual de Atividades do CP do CCP, cumprindo o estipulado no Artigo 38º, f, da Lei nº 66-A, de 2007, que regulamenta o CCP.

Na sua intervenção inicial, o Dr. Marques Mendes estruturou a sua exposição em três eixos fundamentais. Primeiro, uma declaração de princípios, enfatizando que Portugal não se limita ao território geográfico, mas abrange todos os cidadãos nacionais, independentemente da sua localização geográfica, definindo a nação como um todo indivisível, que integra os cerca de cinco milhões de portugueses residentes no estrangeiro como elemento vital da identidade nacional. Em segundo lugar, assumiu compromissos concretos incluindo a realização de reuniões anuais com o CP do CCP durante o eventual mandato presidencial, e a obrigatoriedade de consulta prévia a este órgão sobre legislação relevante para as comunidades.



Conselho Permanente - Conselho das Comunidades Portuguesas

Em terceiro lugar, apresentou cinco propostas de políticas públicas prioritárias começando pela reforma do sistema eleitoral, para permitir o voto presencial nas eleições presidenciais, à semelhança do modelo das legislativas, eliminando a atual discriminação, seguindo-se a modernização dos serviços consulares, transformando-os em estruturas ágeis e próximas dos cidadãos, à imagem das Lojas do Cidadão. O terceiro ponto centrou-se no investimento massivo na língua e cultura portuguesas, no exterior, criticando o subfinanciamento crónico desta área e evocando a sua experiência pioneira na criação da RTP Internacional como exemplo de superação de obstáculos. O quarto eixo abordou a necessidade de atração de reformados portugueses residentes no estrangeiro, através de reformas fiscais, designadamente equiparando o seu regime ao dos residentes não habituais, como incentivo ao regresso e fixação em regiões do interior. Finalmente, defendeu o fortalecimento do associativismo como pilar de coesão comunitária.

Durante o debate os conselheiros colocaram questões específicas incluindo estratégias para atrair jovens lusodescendentes ao país, a posição sobre o aumento do número de deputados da emigração, e a abordagem a situações diplomáticas sensíveis, como o caso venezuelano.

O candidato reiterou o papel pedagógico e mediador do Presidente da República propondo intervenção preventiva junto de instituições como o ensino superior, para agilizar reconhecimento de qualificações, e junto do legislativo, para evitar conflitos institucionais.

Encerrando a sessão, o Dr. Luís Marques Mendes reforçou a disponibilidade para uma relação proativa com o Conselho Permanente do CCP, sublinhando a importância da humildade institucional e da colaboração permanente em defesa dos interesses nacionais.

Conclusão:

Durante os dias 7 a 9 de julho de 2025, o Conselho Permanente do Conselho das Comunidades Portuguesas reuniu-se, nas instalações da Assembleia da República, desenvolvendo uma agenda intensa de contactos institucionais e deliberações estratégicas.

A sessão de encerramento foi presidida pelo Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas, Dr. Emídio Sousa, que reafirmou o papel constitucional do CCP como órgão consultivo a urgência na implementação das medidas acordadas e a calendarização de nova reunião plenária na Assembleia da República em outubro de 2025.

A reunião do Conselho Permanente refletiu um compromisso firme com o orçamento para o próximo ano, a criação de um gabinete de apoio, a implementação do voto eletrónico e a promoção do ensino da língua portuguesa. O diálogo construtivo com as principais entidades políticas foi considerado fundamental para o fortalecimento das comunidades portuguesas no exterior.



Conselho Permanente - Conselho das Comunidades Portuguesas

De destacar também, a importância relevante das audiências com os candidatos à Presidência da República, Dr. António José Seguro, Almirante Henrique Gouveia e Melo, e Dr. Luís Marques Mendes, nos três dias das reuniões do CP do CCP. Essas reuniões foram fundamentais para demonstrar a vontade do Conselho Permanente do CCP em colaborar com os futuros líderes na defesa dos interesses das comunidades.

1. Próxima Reunião

Ficou acordado que a próxima reunião do Conselho Permanente do Conselho das Comunidades Portuguesas realizar-se-á no dia 26 de julho de 2025, por videoconferência, às 14:00 de Lisboa.

2. Encerramento

A sessão de encerramento, presidida pelo Dr. Emídio Sousa, culminou com uma conferência para a Comunicação Social, onde foram partilhadas as conclusões e os próximos passos a seguir.

Não havendo mais nada a tratar, o encontro do Conselho Permanente do Conselho das Comunidades Portuguesas foi encerrado pelas 17:30 (hora de Lisboa) do dia 9 de julho de 2025, pelo Presidente do Conselho Permanente do CCP, Dr. Flávio Martins, que agradeceu a colaboração de todos os membros do Conselho Permanente e das técnicas que sempre nos acompanham e conosco colaboram: Ana Cristina Ribeiro e Elvira Barata.

Esta ata foi lavrada pelos Secretários Vasco de Abreu e Rui Marcelo e será assinada pelo Presidente e pelos Secretários, de acordo com o regulamento do CP/CCP.

Lisboa, aos 9 de julho de 2025.



Conselho Permanente - Conselho das Comunidades Portuguesas

Flávio Alves Martins (Presidente)

Rui Marcelo (Secretário)

Vasco de Abreu (Secretário)